



PROCESSO TC N.º 03882/22

Objeto: Prestação de Contas Anual Verificação de cumprimento de Acórdão

Órgão/Entidade: Câmara Municipal de Itatuba

Interessado (a): Aécio Cavalcante de Medeiros

Relator: Cons. Arnóbio Alves Viana

EMENTA: PODER EXECUTIVO – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Arquivamento dos autos.

ACÓRDÃO AC2 – TC – 01997/24

Vistos, relatados e discutidos os autos do presente Processo, que trata, nesta oportunidade, da verificação de cumprimento do item “b” do Acórdão AC2-TC-00765/23, pela qual a 2ª Câmara Deliberativa decidiu: “b) envio de alerta às atuais Câmaras Municipais do Estado da Paraíba, para que, ao fixarem os subsídios para as próximas legislaturas, atentem para o cumprimento dos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, possibilitando o pagamento integral dos valores expressos na norma, que somente poderão sofrer acréscimo em caso da revisão geral anual, nos termos do inciso X do art. 37 da CF/88, ou, excepcionalmente, decréscimo quando houver extrapolação ao limite de despesa com pessoal ou com folha de pagamento, quando deverão ser tomadas as medidas previstas para adequação dessas despesas, insertas no art.169, §§ 3º e 4º, da CF/88”, acordam os Conselheiros integrantes da 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, por unanimidade, em sessão realizada nesta data, em: Arquivar os presentes autos, devido ao que foi apurado nos autos.

Presente ao julgamento o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Publique-se, registre-se e intime-se.
TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara

João Pessoa, 17 de dezembro de 2024



PROCESSO TC N.º 03882/22

RELATÓRIO

CONS. ARNÓBIO ALVES VIANA (Relator): A matéria tratada nos presentes autos versa, originariamente, sobre a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Itatuba - PB, sob a responsabilidade do senhor Aécio Cavalcante de Medeiros, exercício financeiro de 2021.

Encerrada a instrução processual, a Auditoria concluiu que a remuneração dos vereadores foi paga em desconformidade com o disposto na CRFB/1988, resultando em excesso, ao longo do exercício de 2021.

O Ministério Público de Contas emitiu parecer opinando pelo (a):

1. IRREGULARIDADE das contas prestadas em virtude da ilegalidade da renumeração de vereadores nesta PCA;
2. RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO dos valores majorados recebidos em contrariedade a Lei Complementar N. 173/2020;
3. IMPUTAÇÃO DE MULTA legal ao ordenador de despesa e
4. RECOMENDAÇÃO de medidas a fim de evitar reincidência da irregularidade na Prestação de Contas futuras.

Na sessão do dia 07 de março de 2023, por meio do **Acórdão AC2-TC-00765/23**, a 2ª Câmara Deliberativa assim decidiu:

- a) regularidade das contas de gestão da Câmara Municipal de Itatuba, sob a responsabilidade do senhor Aécio Cavalcante de Medeiros, referente ao exercício financeiro de 2021;
- b) envio de alerta às atuais Câmaras Municipais do Estado da Paraíba, para que, ao fixarem os subsídios para as próximas legislaturas, atentem para o cumprimento dos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, possibilitando o pagamento integral dos valores expressos na norma, que somente poderão sofrer acréscimo em caso da revisão geral anual, nos termos do inciso X do art. 37 da CF/88, ou, excepcionalmente, decréscimo quando houver extrapolação ao limite de despesa com pessoal ou com folha de pagamento, quando deverão ser tomadas as medidas previstas para adequação dessas despesas, insertas no art.169, §§ 3º e 4º, da CF/88.

Logo após a decisão, o processo foi encaminhado para Auditoria que elaborou relatório de cumprimento de decisão, destacando o que se segue:

Em consulta ao Tramita, esta Auditoria constatou o envio dos autos à ASTEC, por determinação do Chefe do Departamento da DEAGM I, com o objetivo de se adotar uma solução, por meio do Sistema TRAMITA, que possibilitasse a emissão de 223 Alertas com o mesmo teor, em sede dos PAG 2023 das Câmaras Municipais paraibanas, e direcionado a todos os relatores deste Sinédrio de Contas. Ato contínuo, a ASTEC emitiu certidão técnica (fls. 271/278), certificando que foram geradas 223 solicitações de alertas associadas aos processos de acompanhamento das Câmaras Municipais do exercício 2023. Assim sendo, ao verificar aleatoriamente alguns processos da listagem anexa à certidão técnica, esta Unidade Técnica de Instrução entende pelo **cumprimento do item b, do Acórdão AC2 TC Nº 0765/23**.



PROCESSO TC N.º 03882/22

O Processo foi encaminhado ao Ministério Público que através de seu representante emitiu Parecer de nº 01118/24, opinando, em suma, nestes termos:

"...Como descrito no relatório técnico exarado pela Auditoria às fls. 332/334, o Acórdão AC2-TC-00765/23 restou cumprido. Assim, sem maiores delongas, ante o cumprimento da decisão consubstanciada no Acórdão AC2-TC-00765/23, impõe-se o arquivamento dos autos".

É o relatório.

VOTO

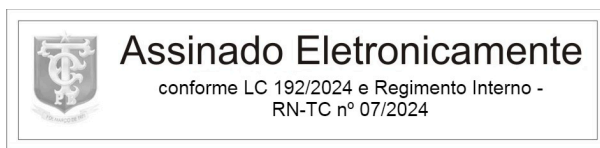
CONS. ARNÓBIO ALVES VIANA (Relator): Do exame realizado, verifica-se que o Órgão Técnico de Instrução tomou as medidas necessárias previstas no item "b" do Acórdão AC2-TC-00765/23. Ante o exposto, voto sentido de que a 2ª CÂMARA DELIBERATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA: archive os presentes autos, devido ao que foi apurado.

É o voto.

João Pessoa, 17 de dezembro de 2024

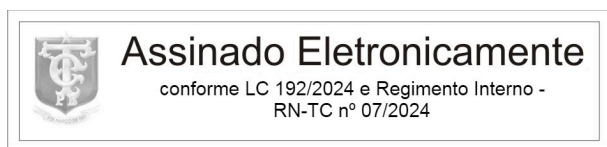
Cons. Arnóbio Alves Viana
RELATOR

Assinado 20 de Dezembro de 2024 às 11:40



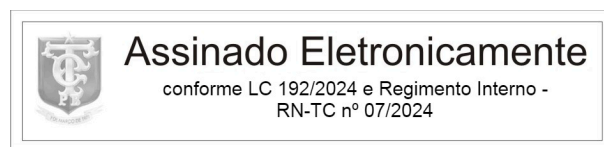
Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 20 de Dezembro de 2024 às 11:21



Cons. Arnóbio Alves Viana
RELATOR

Assinado 20 de Dezembro de 2024 às 12:08



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO